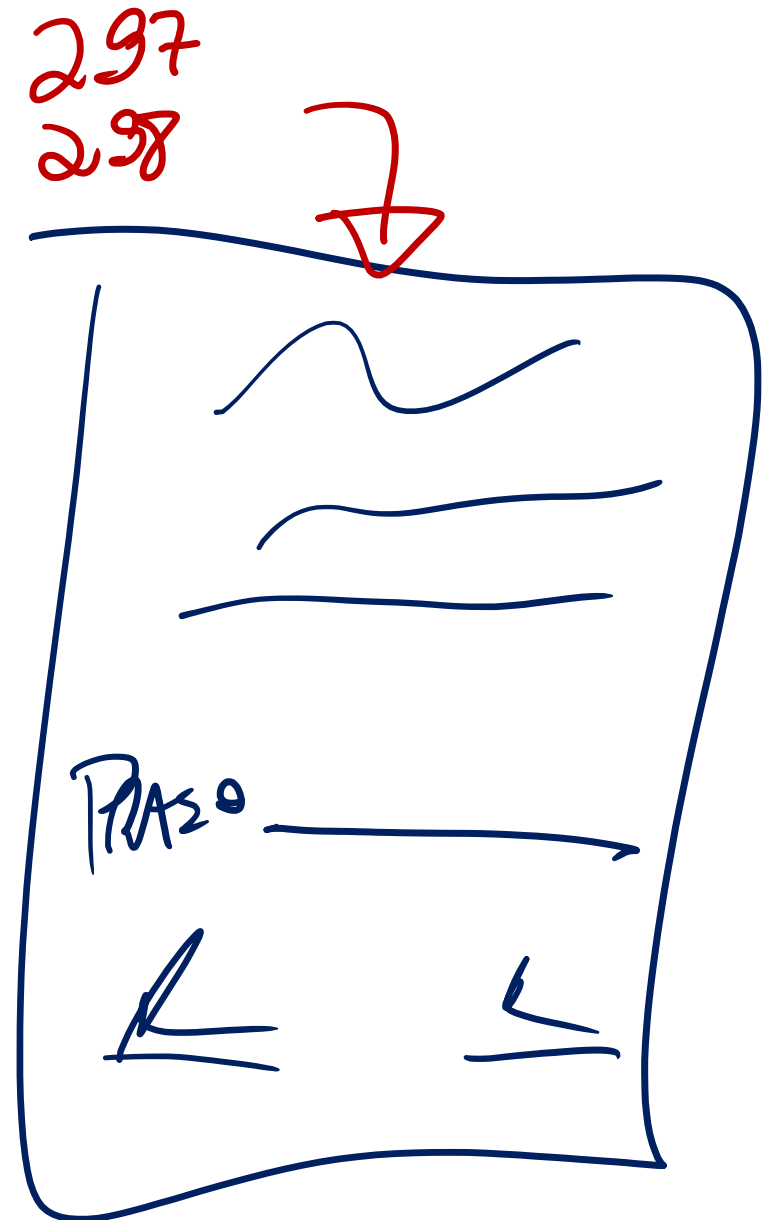
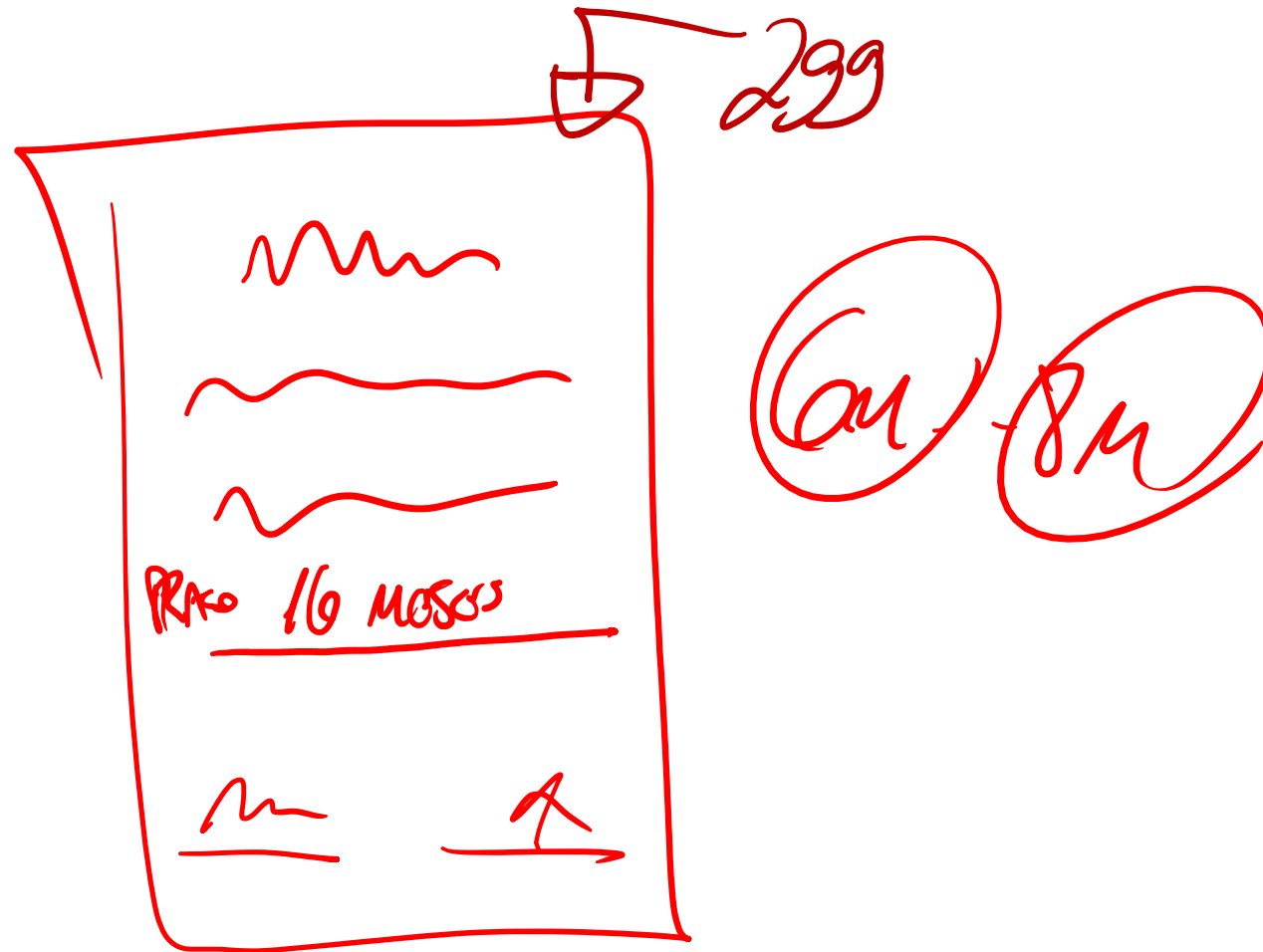


Papel em branco (ou papel assinado em branco)



Papel em branco

Folha, total ou parcialmente em branco, chega às mãos do agente de forma legítima.	Folha, total ou parcialmente em branco, chega às mãos do agente de forma ilegítima, seja por meio de crime ou porque ele não tinha poderes para preencher as lacunas em branco.	Folha, total ou parcialmente em branco, chega às mãos do agente de forma legítima, mas a procuração ou autorização para que ele preenchesse expirou ou foi revogada
O agente, ao inserir ou fazer inserir declaração diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, comete o crime de falsidade ideológica (art. 299, CP)	O agente, ao inserir ou fazer inserir declaração diversa da que deveria ser escrita comete o crime de falsificação documental (art. 297, CP, se público ou art. 298, se particular)	O agente, ao inserir ou fazer inserir declaração diversa da que deveria ser escrita comete o crime de falsificação documental (art. 297, CP, se público ou art. 298, se particular)

Espécie de falsidade ideológica	Crime específico aplicável
Declaração de nascimento inexistente	Art. 241, CP - Registro de nascimento inexistente
Parto alheio como próprio	Art. 242, CP - Parto suposto
Com fins eleitorais	Art. 350, Lei 4.767/65
Com fins de suprimir ou reduzir tributo	Art. 1º, I e II, Lei n. 8.137/90
Durante o processo de falência ou recuperação judicial, com a finalidade de prejudicar credores	Art. 170, Lei n.º 11.101/2005

1) (Q2769291 - FGV - MPE SP - Oficial de Promotoria – 2023) De acordo com o Código Penal, constitui crime a falsificação de documento público. Nesse contexto, consideram-se documentos públicos, para fins penais, os documentos a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- A) O título emitido ao portador.
- B) As ações de sociedade comercial.
- C) O testamento particular.
- D) O instrumento particular de mandato.
- E) Os livros mercantis.

Código Penal

Art. 297, § 2º - Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

2) (CESPE - 2018 - MPU - Analista do MPU – Direito)

Nos crimes de falsidade documental, considera-se documento particular todo aquele não compreendido como público, ou a este equiparado, e que, em razão de sua natureza ou relevância, seja objeto da tutela penal — como cartão de crédito, por exemplo.

3) (Q2682158 - IDECAN - SEFAZ RR - Técnico de Tributos – 2023) Sabe-se que é crime a conduta de falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro. No entanto, se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de:

- A) sexta parte.
- B) quinta parte.
- C) quarta parte.
- D) terça parte.
- E) dupla parte.

4) (Q2730937 FGV - TCE ES - Auditor de Controle Externo - Área Direito – 2023) João, servidor público, tem acesso a um testamento particular em razão das suas funções. Ao ler o documento, João percebe que um dos beneficiários é seu desafeto de longa data, motivo pelo qual altera a manifestação de última vontade, retirando, do rol de beneficiários do testamento, o seu inimigo. À luz do caso em destaque e considerando as disposições do Código Penal, João praticou o crime de:

- A) falsificação de documento particular, majorado por se tratar de funcionário público que, prevalecendo-se do cargo, praticou a conduta narrada;
- B) falsificação de documento público, majorado por se tratar de funcionário público que, prevalecendo-se do cargo, praticou a conduta narrada;
- C) falsidade ideológica, majorado por se tratar de funcionário público que, prevalecendo-se do cargo, praticou a conduta narrada;
- D) falsificação de documento público, sem majorante;
- E) falsificação de documento particular, sem majorante.

5) (Q2596269 - IDECAN - TJ PI - Analista Judiciário - Área Judiciária - Oficial de Justiça e Avaliador – 2022) Jorge, falsário experiente e conhecido no submundo do crime, falsifica um cheque do famoso banco privado Prime Bank. Trata-se de uma falsidade material. Atento apenas ao que foi narrado acima, Jorge deverá responder pela prática do seguinte crime:

- A) moeda falsa.
- B) estelionato.
- C) falsidade ideológica.
- D) falsificação de documento particular.
- E) falsificação de documento público.

6) (CESPE - 2013 - PC-DF - Agente de Polícia) No que concerne a crimes, julgue o item a seguir.

O empresário que inserir na carteira de trabalho e previdência social de seu empregado declaração diversa da que deveria ter escrito cometerá o crime de falsidade ideológica.

7) (Q2637787 - FGV - TRT 13 - Analista Judiciário - Área Oficial de Justiça Avaliador Federal – 2022) Tibério resolve adulterar sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, de modo a averbar que teria iniciado a trabalhar um ano antes no seu primeiro vínculo empregatício, com vistas a antecipar sua aposentadoria, quando for o caso. A conduta de Tibério é considerada

- A) crime de falsificação de documento particular.
- B) crime de falsificação de documento público.
- C) atípica porque ainda não pleiteou a aposentadoria junto ao INSS.
- D) crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal.
- E) crime de uso de documento falso.

8) (CESPE - 2018 - ABIN - Agente de Inteligência) No que se refere aos crimes contra a fé pública, julgue o item seguinte.

A falsificação de documento público e a falsificação de documento particular são consideradas crimes contra a fé pública, sendo a pena imputada ao primeiro tipo penal superior à do segundo.

9) (Q2273613 - CESPE/CEBRASPE - TCE SC - Auditor Fiscal de Controle Externo - Área Direito – 2022) Julgue os itens seguintes, que tratam dos crimes em espécie.

A falsificação de um cartão de débito emitido por banco privado é considerada falsidade ideológica.

10) (Q2613281 - IDECAN - TJ PI - Analista Judicial – 2022) Luciana, com o objetivo de obter para si vantagem ilícita, induzindo alguém em erro, utiliza-se de documento particular por ela falsificado para aquela determinada ocasião específica, e, como intentado, pratica delito de estelionato. Nessa hipótese, considerando-se apenas os dados narrados, é correto afirmar que

- A) Luciana deve responder pelos delitos de estelionato e falsificação de documento particular em concurso material de delitos, devendo haver a incidência da maior fração de aumento.
- B) Há continuidade delitiva entre os delitos de falsificação de documento particular e estelionato, devendo Luciana deve responder pelo delito que tiver a pena mais grave.
- C) Como há dois núcleos do tipo, quais sejam: falsificar e enganar, deve ser aplicado apenas o tipo penal mais específico, com base no princípio da alternatividade.
- D) Luciana agiu em concurso formal de delitos, e as penas devem ser somadas, pois foram duas condutas com desígnios autônomos.
- E) Luciana deve responder apenas pelo delito de estelionato, estando o delito de falsificação absorvido.

11) (CESPE - 2018 - TCE-PB - Auditor de Contas Públicas) Lúcio, ao acompanhar sua esposa a um posto de saúde, apropriou-se de um receituário médico em branco, mas com o carimbo do médico que havia atendido sua esposa. Com o intuito de faltar ao trabalho, ele preencheu o formulário, atestando que deveria ficar cinco dias em repouso. Nessa situação hipotética, Lúcio praticou o crime de

- a) falsificação material de documento particular.
- b) falsidade ideológica.
- c) falsidade de atestado médico.
- d) falsidade de sinal público.
- e) falsificação material de documento público.

12) (CESPE – 2020 – TJPA – Oficial de Justiça) A conduta de quem faz declaração falsa de estado de pobreza para fins de obtenção dos benefícios da justiça gratuita em ação judicial é considerada

- a) Atípica
- b) Crime de falsa identidade
- c) Crime de falsidade ideológica
- d) Crime de falsificação de documento público
- e) Crime de falsificação de documento particular

13) (Q2748723 - CESPE/CEBRASPE - POLITEC RO - Perito Criminal - 2022) Lauro, condutor não habilitado, no intuito de se precaver em eventual fiscalização ao dirigir sua motocicleta pela cidade, foi até uma delegacia de polícia e registrou boletim de ocorrência de perda de CNH inexistente. Nessa situação hipotética, a conduta de Lauro configurou

- A) falsidade ideológica.
- B) falsidade de documento público.
- C) comunicação falsa de crime ou contravenção.
- D) falsidade de documento particular.
- E) denúncia caluniosa.

14) (Q2703327 - CESPE/CEBRASPE - POLC AL - Perito Criminal - Área: Direito – 2023)
Acerca dos crimes contra a fé pública, julgue os itens a seguir.

Para a configuração do crime de falsidade ideológica, é imprescindível a ocorrência de dano efetivo mediante a apresentação do documento cuja verdade foi juridicamente alterada.

15) (Q2324007 - FGV - PC AM - Delegado de Polícia Civil – 2022) Quanto ao crime de falsidade ideológica, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso de concurso de pessoas, é possível que um agente responda por inserir e, outro, por fazer inserir.
- B) Não é possível a configuração do delito na modalidade crime omissivo.
- C) Na inserção indireta, a terceira pessoa deve ter conhecimento de que confecciona o documento de maneira falsa.
- D) O elemento “devia constar” é elemento normativo do tipo, que pode converter-se em lei penal em branco se o dever for legal.
- E) O delito é despido de especial de agir, bastando a declaração de conteúdo falso.

Código Penal

Falsidade ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.